

COMUNIDADE ESCOLAR

PRECISAMOS UNIFICAR A COMUNIDADE ESCOLAR EM DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

Nossas crianças, jovens e adultos que ainda estudam têm direito a isto

Existe uma Lei chamada de Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério que fala qual o salário mínimo que um professor deve receber. Esse piso, que é reajustado anualmente, teve um crescimento de 169,13% nos últimos 10 anos, enquanto isso, o investimento em salários dos professores de BH foi reajustado em apenas 55,38%.

Compare: o Piso Nacional da Educação em 2019 será R\$ 2.557,74. Mas, em Belo Horizonte, a quinta cidade mais rica do país, o piso da educação será apenas R\$ 1487,21.

Isso sem contar que em 2018 o reajuste da educação foi de apenas 2,43%. E até hoje ele não foi pago. Isso é o quanto o trabalhador em educação vale para Kalil

O argumento do prefeito é de que não há dinheiro. No entanto, as verbas da prefeitura vêm aumentando ano a ano, enquanto o investimento em educação só vem diminuindo.

Entre os anos de 2006 e 2017 a arrecadação de Belo Horizonte cresceu **166,75%**: isso representa **76% a mais que a inflação**

e **155% a mais que os salários da educação**. Lutar para que a escola pública pague salários decentes aos seus trabalhadores é obrigação de todos que defendem boas escolas para seus filhos.

Em 2018 o Governo do Estado atrasou os repasses para Belo Horizonte, Zema (Novo) neste momento está mantendo os atrasos - Nós lutamos contra os atrasos, mas eles não podem ser utilizados para justificar o congelamento dos salários da educação. Afinal, a arrecadação da prefeitura aumentou em 2018.

Estão tentando destruir a educação pública - ISTO TEM QUE PARAR!

Nas épocas de campanha eleitoral, todos prometem investir na escola pública, que educa os filhos das trabalhadoras e trabalhadores de nossa cidade. No entanto o que tem ocorrido em BH é o fechamento dos berçários e do horário integral na educação infantil; Eles não cumprem a lei que garante que os professores tenham 7h do seu trabalho destinado ao planejamento

das aulas; e não atendem a reivindicação de diminuição do número de estudantes por sala, o que possibilitaria um atendimento mais qualificado aos alunos.



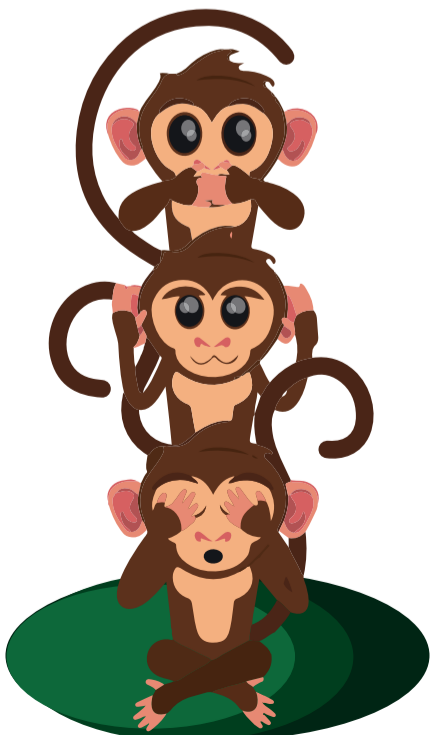
O QUE QUEREM COM O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO?

Uma escola sem partido é uma escola que possibilita e estimula a pluralidade e o debate de ideias. Todos nós defendemos que as escolas públicas devam ser laicas, sem religião e sem partido. Queremos que nossos estudantes, pais e responsáveis participem do debate de como nossas escolas devam ser organizadas e da discussão dos mais diversos assuntos.

Mas, o que os projetos de lei intitulados **"Escola sem Partido"** na verdade propõem é uma escola de **partido único**. Os defensores do projeto, em sua maioria, querem que eliminemos das escolas os debates e discussões sobre a realidade de nosso país.

Não há como uma escola não discutir as desigualdades sociais, religiosas, estéticas e de orientações sexuais que existem em nossa sociedade e dentro das escolas. É impossível que as escolas sejam indiferentes às imensas desigualdades. Estas questões não estão nas nossas ideias, mas na realidade, nas ruas, em nossas casas e nas escolas.

Nas propagandas e mesmo no texto da lei, os idealizadores do projeto, incentivam as crianças e jovens a vigiarem seus professores. Esta prática tem estimulado o aumento da violência contra os trabalhadores dentro das escolas, e isso não podemos aceitar.



PREVIDÊNCIA PÚBLICA E A REFORMA TRABALHISTA A VERDADE SOBRE ELAS

Nos últimos 20 anos a previdência foi duramente atacada. Mas, ainda assim é a principal estrutura de distribuição de renda do país. Ela atende, com aposentadorias e pensões, cerca de 30 milhões de pessoas, além daquelas que recebem auxílio doença, licença maternidade, auxílio reclusão e o LOAS.

Considerando que aposentados sustentam famílias, podemos dizer que a previdência atende mensalmente, direta ou indiretamente, por volta de 150 milhões de pessoas. Vale ressaltar que 70% dos aposentados recebem salário mínimo

A previdência não é deficitária, pelo contrário. Além da contribuição individual, existem diversos recursos de impostos destinados a ela. O que o governo quer é mudar as coisas para reduzir 1.300 bilhões da assistência previdenciária para garantir a transferência de recursos a banqueiros, a corrupção e os privilégios.

Não sabemos ainda qual o projeto final o

governo Bolsonaro irá apresentar ao congresso. O que temos são as declarações dos ministros e do próprio presidente.

Estas declarações apontam regras gerais para todos os trabalhadores celetista e servidores públicos.

Implementação de idade mínima de 62 anos para as mulheres e 65 para homens, com aumento progressivo ao longo dos anos. E só os militares conseguirão manter o direito à aposentadoria especial.

Além disso, querem desvincular a aposentadoria do salário mínimo. Um verdadeiro absurdo.

Eles também querem acabar com o caráter solidário da previdência, implementando o regime de capitalização, onde cada trabalhador fará uma poupança individual e sua aposentadoria será de acordo com o que ele contribuiu até o final da vida. O que prejudicará qualquer trabalhador que for acometido por doenças ou acidentes de trabalho.

Também querem o fim da contribuição patronal, deixando apenas a carga do próprio trabalhador a contribuição previdenciária.

Mudança no LOAS - Benefício pago a deficientes e idosos acima de 65 anos, cuja renda familiar sejam menores de 1/4 do salário mínimo por pessoa. O beneficiário receberá salário mínimo apenas aos 85 anos.

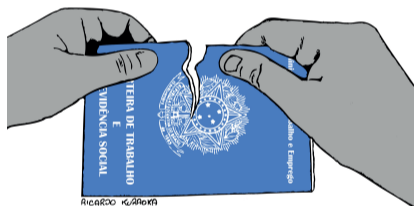
O Brasil não precisa de uma reforma da previdência que impeça os trabalhadores de se aposentarem. Quem precisa desta reforma são os banqueiros e as multinacionais que atuam aqui.

Se nos unirmos podemos derrotar esta reforma!

Já fizemos isto antes, vamos fazer de novo!



PENSE BEM - QUANTOS TRABALHADORES CONSEGUIRAM SE MANTER COM CARTEIRA ASSINADA ATÉ OS 65 ANOS PARA CONSEGUIREM UMA APOSENTADORIA?



REFORMA TRABALHISTA

Novembro passado, completou 1 ano que Temer sancionou a Reforma Trabalhista. Essa nova lei aprofundou a exploração do trabalhador com autorização de jornadas de trabalhos maiores, menor tempo de intervalo, trabalho intermitente, enfraquecimento das leis da CLT, férias com maior parcelamento e um longo etc. A promessa era que essas ações iriam aumentar a criação de emprego e tirar muita gente da informalidade. Os dados oficiais divulgados apontam que não foi o que aconteceu. Foi tudo uma enganação para conseguir a aprovar a reforma.

Agora o governo Bolsonaro dá sequência aos ataques aos nossos direitos, fechando o Ministério do Trabalho e propondo acabar com a Justiça do Trabalho. Essa ação tem o objetivo de enfraquecer e desmontar as instituições que, de maneira ainda que precária, faziam a fiscalização e controle da aplicação das leis trabalhistas. Eliminando assim, a possibilidade dos trabalhadores ganharem ações judiciais contra os patrões.

É necessário que a classe trabalhadora se organize para impedir mais retirada de direitos.

MAIS UM CRIME CONTRA A VIDA COMETIDO PELAS MINERADORAS E GOVERNANTES CONIVENTES.



No dia 25 de janeiro, o país e o mundo se comoveu e indignou com mais uma tragédia provocada pelo rompimento de duas barragens de rejeitos da mineradora Vale.

Centenas de mortos e um impacto ambiental incalculável. Tudo isto porque as mineradoras aumentam o ritmo de produção de uma forma inaceitável e ainda utilizam um método bastante atrasado para descartar o lixo. As barragens não precisam mais existir e isto já deveria

ser lei no Brasil.

Vamos lembrar, a Vale era uma empresa do Estado, foi vendida a preço de banana e de lá para cá tem aumentado o ritmo de exploração, diminuindo o número de trabalhadores e as medidas de segurança. Isso porque nem impostos pagam eles pagam.

Exigimos o apoio às vítimas, a punição dos culpados e que seja mudada a legislação para impedir que novos crimes aconteçam.